

Ofício nº 334/2025

Campo Largo, 31 de outubro de 2025.

Wilton 06/25

**Senhor Presidente,**

Venho comunicar a Vossa Excelência que, com fundamento no § 1º do art. 72, da Lei Orgânica do Município c/c art. 170, da Constituição Federal, **vetei integralmente** o Projeto de Lei nº 60/2025 de autoria do Ilustre Vereador Luiz Carlos Scervenski Junior, cuja Súmula *“Estabelece limites à emissão de sons e ruídos em espaços públicos, visando à proteção do bem-estar de pessoas com transtorno do espectro autista no Município de Campo Largo”*.

Em que pese a louvável iniciativa do vereador autor do Projeto em pauta, verifica-se que já existem legislações em vigor no Município e em âmbito federal com aplicação municipal, que regulamentam a matéria proposta no projeto de lei.

A proposta legislativa exhibe matéria já prevista na legislação municipal nºs. 1.823/2005, Lei Federal nº 9.605/1998 e Resolução Conama nº 01/1990 e NBR 10.151/2019 da ABNT.

Sob o ponto de vista do mérito, a sanção do projeto resultaria em sobreposição e confusão normativa, prejudicando a aplicação prática das regras já estabelecidas e criando dificuldades na fiscalização e no cumprimento das leis ambientais municipais.

O Poder Executivo entende que as normas atualmente em vigor já são suficientes e adequadas para disciplinar a matéria, sendo desnecessária a criação de nova lei.

A despeito do disposto no art. 2º do Projeto de Lei em exame, cumpre destacar que a delimitação de zonas de silêncio com raio de 200 (duzentos) metros a partir da residência de pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela-se tecnicamente inviável, isso porque o Município não dispõe de sistema de

2698/2025  
31/10/25

controle, mapeamento e monitoramento capazes de viabilizar a execução prática e a fiscalização de tais áreas, sobretudo diante da natureza dinâmica e dispersa das residências abrangidas pela norma proposta.

A criação de zonas individualizadas de silêncio demandaria estrutura administrativa e tecnológica específica, além de implicar elevado custo operacional e potencial insegurança jurídica quanto à definição de seus limites e à aplicação de sanções em caso de descumprimento.

Dessa forma, o dispositivo, embora motivado por finalidade social relevante, mostra-se inexecutável na prática administrativa, contrariando o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) e os critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a atividade legislativa e a implementação de políticas públicas.

No que se refere ao parágrafo único do art. 2º, que dispõe que “a *simples declaração da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou de seu responsável legal ao órgão público competente comprova a perturbação, dispensando-se aferição técnica do nível de ruído*”, verifica-se manifesta incompatibilidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade e também da segurança jurídica.

O dispositivo dispensa a comprovação técnica da ocorrência de ruído excessivo, substituindo-a por mera declaração subjetiva daquele que se declarar portador de TEA, sem critérios objetivos de aferição.

Tal previsão contraria normas federais e técnicas aplicáveis, notadamente a Lei de Crimes Ambientais – 9.605/98, a Resolução CONAMA nº 01/1990 e a NBR 10.151/2019 da ABNT (já mencionadas nestas razões de veto), as quais exigem avaliação técnica e medição sonora padronizada para a caracterização de perturbação ambiental ou poluição sonora.

Ao suprimir a necessidade de aferição técnica, o dispositivo fragiliza a atuação da administração pública, abrindo margem para subjetividade, abusos e insegurança quanto à aplicação de sanções, além de contrariar o devido processo



administrativo. Ademais, a norma poderia gerar ônus desproporcional ao Poder Público, que seria compelido a agir com base em declarações unilaterais, sem a comprovação mínima da ocorrência do fato alegado.

Cumpre, ainda, ressaltar que o Projeto de Lei em exame não prevê sanções ou penalidades aplicáveis em caso de descumprimento de suas disposições.

A ausência de definição de consequências jurídicas e/ou administrativas concretas inviabiliza a aplicação prática da norma, comprometendo sua eficácia e o poder/dever da Administração Pública de fiscalizar e punir eventuais infrações.

Em matéria de natureza regulatória e de interesse ambiental, como a tratada na presente proposição, é indispensável que a lei estabeleça critérios objetivos de responsabilização, bem como as penalidades correspondentes, observados os princípios da proporcionalidade e do devido processo legal administrativo.

A inexistência de tais dispositivos gera insegurança tanto para o Poder Público quanto para os que buscam efetividade da lei, caso sancionada, podendo conduzir à impossibilidade de execução e à violação de princípios constitucionais.

Dessa forma, a omissão quanto à previsão de sanções e penalidades torna o texto incompleto e ineficaz, caracterizando vício de mérito e de técnica legislativa, justificando mais uma vez o veto.

Outro ponto que merece destaque refere-se à previsão contida no projeto de lei que impõe aos portadores de TEA, ou a seus responsáveis, a obrigatoriedade de instalar placas de identificação de suas residências.

Embora a medida tenha aparente intenção de promover a proteção e inclusão social das pessoas com TEA, sua forma de execução implica violação direta aos direitos fundamentais à privacidade, à intimidade e à dignidade da pessoa humana, assegurados pelos arts. 1º, III, e 5º, X, da Constituição Federal.

A obrigatoriedade de identificação visível das residências pode expor essas pessoas e suas famílias a situações de constrangimento, discriminação,



**CAMPO LARGO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

estigmatização e até risco à segurança pessoal, contrariando o propósito inclusivo que se pretende alcançar.

Importante destacar que a Lei Federal nº 12.764/2012 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelecem que a pessoa com deficiência deve ser tratada com igualdade, respeito e proteção contra qualquer forma de estigmatização ou exposição indevida. Dessa forma, a imposição de sinalização obrigatória de residências representa ingerência indevida na esfera privada e familiar.

Com enfoque, o dispositivo mostra-se inconstitucional e viola direitos fundamentais da política nacional de inclusão.

Assim, comunica-se a Vossa Excelência este **VETO** ao Projeto de Lei nº 60/2025, apresentando-o à apreciação dos membros desta Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos das razões e precedentemente enfatizados, pleiteando seu recebimento e encaminhamento à Comissão de Justiça e Redação, para exarar seu parecer e promover os demais atos pertinentes que a matéria requer.

Em tais condições, Senhor Presidente, confiante na manutenção das Razões do Veto por esta Egrégia Casa, venho, na oportunidade renovo protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente,

MAURICIO  
ROBERTO  
RIVABEM:836  
77240972

Assinado de forma digital por  
MAURICIO ROBERTO  
RIVABEM:83677240972  
Data: 2025.10.31 14:54:26 -03'00'

**Maurício Rivabem**  
**Prefeito Municipal**

Exmo. Sr.

**ALEXANDRE MARCEL KUSTER GUIMARÃES**

MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO. Nesta.

APROVADO

Sala das Sessões 17 / novembro / 2025

Presidente

ARQUIVE-SE

17 / novembro / 2025

PRÉSIDENTE